

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII - Nº 1.320 - BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 20 DE JUNHO DE 2001



ENERGIA

Reichstul anuncia investimento extra de US\$ 1 bilhão para aumentar a oferta de energia termelétrica.

PÁGINA 5

PLENÁRIO

Ramez Tebet se despede do Senado e promete lutar, no Ministério da Integração Nacional, para diminuir desigualdades.

PÁGINAS 8 E 9

Reposição de perdas do FGTS será votada hoje

Comissão de Assuntos Econômicos rejeita emendas e aprova proposta do governo, que será examinada agora pelo Plenário. Dívida com trabalhadores chega a R\$ 42 bilhões



Na Comissão de Assuntos Econômicos, ao examinar o parecer de Romero Jucá, os senadores lamentaram as heranças deixadas pelos planos econômicos

Projetos que garantem a reposição das perdas dos trabalhadores nas contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) serão votados hoje pelo Plenário do Senado, em regime de urgência. Ontem pela manhã, a Comissão

de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou o parecer do senador Romero Jucá, líder do governo, favorável à proposta do Executivo e contrário a emendas. O prejuízo dos trabalhadores, causado pelos Planos Verão e Collor I, é

estimado em R\$ 42 bilhões. Entre as diversas fontes previstas no projeto está o pagamento, pelo empregador, de multa de 10% sobre o montante dos depósitos de FGTS nas despedidas sem justa causa.

PÁGINA 7

FISCALIZAÇÃO E CONTROLE



Eduardo Jorge nega envolvimento com caso do TRT-SP e chama procuradores de mentirosos.

PÁGINA 11



Na Comissão de Orçamento, Bezerra (em pé) conversa com parlamentares

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Governo rejeita mudança na meta de superávit. LDO vai a votação

PÁGINA 3

Plenário presta homenagem a Caio Prado Júnior

Horário do expediente da sessão deliberativa de hoje será dedicado ao historiador, conforme pedido do senador Roberto Freire. Também será inaugurada mostra fotográfica no Salão Azul

A pedido do senador Roberto Freire (PPS-PE), o horário do expediente da sessão deliberativa do Senado de hoje será dedicado a homenagear a memória do historiador Caio Prado Júnior, que faleceu há dez anos, em novembro de 1990. Também será lançada, por iniciativa de Freire, no Salão Azul do Senado, uma mostra fotográfica com registros da vida do homenageado.

Filho de família paulista abastada, Caio Prado Júnior formou-se na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), onde obteve, em 1956, o título de livre-docente que lhe foi cassado em 1968, juntamente com seus direitos políticos. A dupla cassação somou-se à prisão seguida de exílio no Estado Novo, por ter participado da Intentona Comunista de 1935. No período pós-46, de redemocratização do regime, foi eleito deputado estadual pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) para, em 1947, ter o mandato cassado em decorrência do cancelamento do registro do PCB.

Com Monteiro Lobato, em 1943 Caio Prado fundou a Editora Brasiliense, responsável por importante foro de debate no âmbito do pensamento de esquerda no período nacional-desenvolvimentista, a *Revista Brasiliense*.

Considerado um dos mais importantes pensadores da história econômica e social brasileira, o historiador foi também pioneiro na interpretação marxista da estrutura e do sentido da formação histórica do país.

A explicação de Caio Prado Júnior sobre as razões estruturais das vicissitudes brasileiras está exposta em pelo menos três livros, tidos como clássicos: *Evolução Política do Brasil e Outros Ensaios*, de 1933, *Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)*, de 1942, e *História Econômica do Brasil*.



QUARTA-FEIRA, 20 DE JUNHO DE 2001

AGENDA

PLENÁRIO

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Hora do expediente: destinada a homenagear o historiador Caio Prado Júnior, pelo transcurso do décimo ano de seu falecimento.
Pauta: Mensagem nº 136/01, solicita autorização para a contratação de operação de crédito externo, entre o Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor equivalente a até US\$ 404 milhões de principal, na modalidade de Empréstimo Programático de Ajuste do Setor Financeiro (FSAL), em reconhecimento da implementação das reformas estruturais das áreas financeiras e de mercado de capitais; votação nominal, em segundo turno, da PEC nº 44/00, altera o parágrafo 6º do art. 14 da Constituição federal (dispõe sobre a renúncia aos respectivos mandatos para concorrência a cargos eletivos de presidente da República, governadores de estado e do Distrito Federal e os prefeitos); votação nominal, em primeiro turno, da PEC nº 6/98 (tramitando em conjunto com a PEC nº 11/98), inclui no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias artigo que regulariza a situação funcional de servidores de empresas públicas federais que há mais de dez anos prestam serviços à administração direta; votação nominal do PLS nº 190/99-Complementar, altera a Lei Complementar nº 64/90 (Lei de Inelegibilidade) para vedar o registro, como suplente de candidato a senador, de parentes até o segundo grau; segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 25/00, altera o art. 75 da Constituição federal para facultar a nomeação de membros das cortes de contas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios através de concurso público; segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 30/00, altera o alínea "c" do inciso XVI do art. 37 da Constituição federal (incluindo o odontólogo ou dentista na autorização para acumular cargos públicos remunerados); PEC nº 86/96, altera o parágrafo 1º do art. 39 da Lei nº 8.935/94, que regulamenta o art. 236 da Constituição federal, dispondo sobre os serviços notariais e de registro; e PEC nº 96/96, dispõe sobre o julgamento das contas responsáveis por bens, dinheiro e valores públicos.

COMISSÕES

9h – Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: PLSs nºs 526 e 538, de 1999 (tramitação conjunta), alteram a Lei nº 7.802/89, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins; PLS nº 227/00, inclui, na Lei nº 8.406/92, artigo que estabelece a gratuidade da emissão de extratos bancários referentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; PLS nº 29/01, fixa a jornada de trabalho dos motoristas dos transportes coletivos urbanos; PLS nº 8/01, proíbe a utilização de catraca eletrônica em ônibus urbanos; PLS nº 236/00, acrescenta dispositivos à Lei nº 6.530/78, que regulamenta a profissão de corretor de imóveis e disciplina o funcionamento de seus órgãos de fiscalização; PLS nº 272/00, exclui das restrições impostas à utilização da Mata Atlântica o perímetro urbano dos municípios situados nas áreas por ela abrangidas; PLS nº 258/01, regulamenta a profissão de treinador de goleiros de futebol; PLS nº 57/01, altera o artigo 36 do Decreto-Lei nº 221/67, que "dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca"; PEC nº 46/01-Complementar, dispõe sobre o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, na forma prevista nos artigos 79, 80 e 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; Requerimento nº 164/00, solicita o sobrestamento do estudo do PLS nº 68/00, a fim de aguardar-se o pronunciamento da Câmara dos Deputados sobre o PLS nº 16/96, que dispõe sobre a mesma matéria, já aprovado pelo Senado Federal e que tramita naquela Casa como PL nº 3.601/97; PEC nº 66/00, dispõe sobre a responsabilidade técnica por cursos livres de lutas, natação e ginástica; e PDL (SF) nº 145/01, autoriza, nos termos do parágrafo 3º do art. 231 da Constituição Federal, o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, situados nas terras indígenas localizadas na região de Ponte de Pedra,

estado de Mato Grosso. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 9 10h – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania*

Pauta: PEC nº 45/01, altera o art. 295 do Decreto-Lei nº 3.689/41 (Código de Processo Penal), que trata de prisão especial; PEC nº 46/01, dispõe sobre o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, na forma prevista nos artigos 79, 80 e 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; emendas de plenário nºs 2 e 3 à PEC nº 61/99, dá nova redação aos parágrafos 2º e 3º do art. 14 da Constituição federal; PLS nº 219/00, define a Unidade de Fiança Penal (UFP) e altera artigos do Decreto-Lei nº 3.689/41 (Código de Processo Penal); PEC nº 36/00, altera a redação do parágrafo 4º do artigo 255 da Constituição federal (condições de preservação do meio ambiente, para utilização dos recursos naturais); PLS nº 91/00, que dispõe sobre a divulgação em diário oficial do relatório do registrador de dados de voo (caixa-preta) de avião acidentado; PLS nº 57/00, altera a redação dos artigos 259, 261 e 496 da Lei nº 5.869/73 (Código de Processo Civil); PLS nº 135/99, altera os artigos 240 e 241 da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente); PLS nº 148/99, que dispõe sobre o fornecimento, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), de transporte, alimentação e cuidados aos pacientes cujo tratamento se realize fora do local de seu domicílio; PLS nº 162/99 (tramitando em conjunto com os PLSs nºs 288 e 309, de 1999), que dispõe sobre indisponibilidade de bens de vítimas de seqüestro; PLS nº 289/99, altera a redação do artigo 75 e seu parágrafo 1º, e do art. 159 e seus parágrafos 1º, 2º e 3º, do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal Brasileiro), e suprime o parágrafo único do art. 8º da Lei nº 7.210/84 (Lei de Execução Penal), para aumentar a pena para os crimes de extorsão, mediante seqüestro, e restringir o abrandamento na aplicação da pena; PEC nº 56/99, altera a Constituição federal para reduzir para quatro anos o mandato de senador e estabelecer a idade mínima de 28 anos como condição de elegibilidade para os cargos de presidente, vice-presidente e senador; PLS nº 2/00 (tramitando em conjunto com o PLS nº 21/00), estabelece restrições ao financiamento pelo BNDES a pessoas jurídicas cujo poder de controle seja detido por pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior, alterando a Lei nº 1.628/52; PEC nº 53/00, dispõe sobre o desmembramento dos conselhos federal e regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional; PLS nº 127/00, modifica o Decreto-Lei nº 911/69, que altera a redação do art. 66 da Lei nº 4.728/65, estabelece normas de processo sobre alienação fiduciária para determinar a correção monetária das parcelas pagas e a avaliação judicial; PLS nº 255/00, dá nova redação ao art. 6º e acrescenta os artigos 10-A e 10-B à Lei nº 9.469/97, para, nos termos dos parágrafos 3º e 4º do art. 100 da Constituição federal, com a redação da Emenda Constitucional nº 30/00, conceituar as obrigações de pequeno valor e disciplinar o pagamento de obrigações de pequeno valor e do crédito de natureza alimentícia devido pela Fazenda Pública em virtude de sentença judiciária transitada em julgado (precatório); PLS nº 7/01, altera o art. 69 da Lei nº 9.099/95, que dispõe sobre os juizados especiais cíveis e criminais; PLS nº 56/99, acrescenta artigo à Lei nº 9.504/97, dispondo sobre a propaganda eleitoral para os cargos de vice-presidente, vice-governador, vice-prefeito e suplente de senador; PLS nº 172/99, altera o artigo 261 da Lei nº 9.503/97, que institui o Código de Trânsito Brasileiro; PLS nº 251/99, que dispõe sobre incentivos fiscais para doações de refeições destinadas à distribuição a pessoas carentes; PLS nº 306/99, altera o art. 44 do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal), para permitir que as penas restritivas de direito possam ser aplicadas diretamente; PEC nº 59/00, altera a Lei nº 9.503/97, de forma a obrigar a realização de exame psicológico periódico para os motoristas profissionais; PEC nº 15/01, proíbe o emprego, o desenvolvimento, a fabricação, a comercialização, a importação, a exportação, a aquisição, o estocagem, a retenção ou a transferência, direta ou indiretamente, de minas terrestres antipessoais; PR nº 82/00, que dispõe sobre a polícia do Senado Federal; PLS nº 443/99, altera os artigos 18, 21 e 22 da Lei nº 8.629/93, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição federal, modificada pela MP nº 1.774-26; PLS nº 445/99, acrescenta dispositivos à Lei nº 9.503/97, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, estabelecendo condições para o parcelamento de multas por infração de trânsito; PEC nº 78/96, altera o art. 19 da Lei nº 1.533/51; PEC nº 13/98, revoga o art. 4º do Decreto-

Lei nº 911/69, que trata da alienação fiduciária; emendas nºs 1 a 4 da Câmara ao PLS nº 112/88, concede incentivos fiscais ao empregador que admitir pessoas portadoras de deficiência física e maiores de sessenta anos; PLS nº 673/99, institui a Certidão de Débitos (CD) a ser expedida pelos serviços de proteção ao crédito e estabelece prazo para exclusão de registro de inadimplência regularizada; PLS nº 157/99, altera o parágrafo 2º e acrescenta o parágrafo 3º no art. 542 da Lei nº 5.869/73 (Código de Processo Civil); e emendas nºs 1 e 2 da Câmara oferecidas ao PLS nº 273/91, transfere ao domínio do estado de Roraima terras pertencentes à União. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 3 10h – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional*
Pauta: Mensagem nº 132/01, submete à apreciação do Senado a escolha do nome de André Mattoso Maia Amado para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República do Peru; Mensagem nº 134/01, submete à apreciação do Senado a escolha do nome de Flávio Moreira Sapha para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto aos Emirados Árabes Unidos; e Mensagem nº 135/01, submete à apreciação do Senado a escolha do nome de Flávio Moreira Sapha, para, cumulativamente com o cargo de embaixador do Brasil junto aos Emirados Árabes Unidos, exercer o cargo de embaixador do Brasil junto ao Estado do Catar. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 7*

Após a ordem do dia – CPI das ONGs

Pauta: reunião administrativa. *Ala Senador Nilo Coelho – Sala 2 18h – Comissão de Fiscalização e Controle*

Pauta: apreciação de diversos Avisos do Tribunal de Contas da União sobre auditorias realizadas em vários órgãos públicos. *Ala Senador Nilo Coelho – Sala 6*

18h30 – Comissão Mista Especial para Estudar a Crise de Energia
Pauta: reunião administrativa. *Ala Senador Nilo Coelho – Sala 2*

ESPECIAL

12h – Cultura ao Meio-Dia

Filme: *O Rap do Pequeno Príncipe contra as Almas Sebasas*, de Paulo Caldas Marcelo Luna. *Audatório Petrólio Portella*

PREVISÃO

PLENÁRIO

Quinta-feira

10h – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 25/00, altera o art. 75 da Constituição federal para facultar a nomeação de membros das cortes de contas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios através de concurso público; terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 30/00, altera o alínea "c" do inciso XVI do art. 37 da Constituição federal (incluindo o odontólogo ou dentista na autorização para acumular cargos públicos remunerados); PLS nº 449/99, altera o art. 43 da Lei nº 8.080/90 (Lei Orgânica da Saúde), possibilitando aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares; e PLS nº 50/00, acrescenta dispositivo ao art. 3º da Lei nº 8.650/93, que dispõe sobre as relações de trabalho do treinador profissional de futebol, a fim de permitir ao jogador de futebol o exercício da profissão nas condições que especifica.

Sexta-feira

9h – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 25/00, altera o art. 75 da Constituição federal para facultar a nomeação de membros das cortes de contas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios através de concurso público; quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 30/00, altera o alínea "c" do inciso XVI do art. 37 da Constituição federal (incluindo o odontólogo ou dentista na autorização para acumular cargos públicos remunerados); e PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto,
Maria do Carmo Alves e
Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretora da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Aprovada punição para falsa perícia contra erário

O Senado aprovou ontem projeto do Executivo que pune os crimes de falso testemunho ou falsa perícia praticados contra o erário. Relator da matéria, o senador Iris Rezende (PMDB-GO) apresentou emenda, ampliando a pena para falso testemunho ou falsa perícia. O texto igualou a punição à cominada a quem paga ou oferece vantagem por esses serviços. A matéria volta agora à deliberação da Câmara.

Se os deputados mantiverem as mudanças aprovadas no Senado, o

Código Penal passa a impor pena de dois a quatro anos para a testemunha, perito, tradutor ou intérprete que, em processo judicial, administrativo, policial ou juízo arbitral, fizer falsa afirmação, negar ou calar a verdade, na condição de testemunha.

As penas serão aumentadas de um sexto a um terço se o crime for praticado mediante suborno ou com o fim de obter prova destinada a produzir efeito em processo em que for parte entidade da administração pública direta ou indireta.

Suplicy reafirma que não revelará nome de testemunha

O senador Eduard Suplicy (PT-SP) voltou a afirmar ontem, em Plenário, que não revelará o nome de testemunha do esquema de vazamento de informações privilegiadas no Banco Central, durante a crise da Rússia, em 1999. O senador alegou que está resguardado legalmente da obrigação de revelar o nome da testemunha, que estaria com a integridade ameaçada.

Suplicy registrou o recebimento de carta do procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, solicitando a revelação do nome da testemunha do esquema no BC,



Segundo Suplicy, testemunha estaria com integridade ameaçada

que beneficiaria diversas instituições financeiras, incluindo os bancos Marka, de Salvatore Cacciola, e FonteCindam. De acordo com a revista *Veja*, o então presidente do BC, Francisco Lopes, vendia informações sobre o câmbio a ser adotado pela instituição.

Em resposta, Suplicy salientou que deputados e senadores, por lei, estão desobrigados de testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato. Ele estaria desobrigado também de prestar esclarecimentos sobre as pessoas que lhe confiaram informações.

Membro de tribunal de contas pode ser nomeado por concurso

Transcorreu ontem a primeira das cinco sessões de discussão em primeiro turno da proposta de emenda à Constituição que permite a nomeação de membros dos tribunais de Contas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios por meio de concurso público. Autor da proposta, o senador Álvaro Dias (PSDB-PR) a defende com o argumento de que o concurso público "é um instrumento democrático, concretizador dos princípios da impessoalidade e moralidade na administração pública".

O senador entende que os con-



Álvaro: concurso é instrumento de moralidade na administração pública

ursos públicos são um mecanismo de seleção de agentes públicos com êxito comprovado. Por essa razão, ele censura os atuais critérios utilizados para a composição das cortes de contas, em que a escolha, na maior parte dos casos, é política, quando deveria ser baseada no mérito de cada candidato.

O relator da matéria, senador Jefferson Péres (PDT-AM), lembrou que, de acordo com a Constituição, os concursos públicos são "imprescindíveis à nomeação de servidores públicos para ocupar cargos efetivos na administração dos poderes nas três esferas de governo".

LDO: governo não aceita mudança e inicia votação

Comissão Mista de Orçamento deve concluir exame da matéria esta semana. Jader Barbalho já marcou sessão do Congresso para votar projeto

O governo não concordou com reivindicações das oposições e até de partidos de sua base política e decidiu iniciar ontem a votação, na Comissão Mista de Orçamento, do parecer da deputada Lúcia Vânia (PMDB-GO) sobre o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A discussão entrou pela noite e a votação da proposta na comissão deve ser concluída ainda nesta semana.

Os partidos de oposição discordam da intenção do governo de obter em 2002, pelo segundo ano consecutivo, um superávit primário em suas contas de R\$ 31 bilhões, dinheiro a ser usado integralmente no pagamento de juros da dívida pública. PT, PSB e PCdoB querem reduzir o superávit para R\$ 5 bilhões, usando a diferença de R\$ 26 bilhões em projetos de geração de eletricidade, combate aos efeitos da seca no Nordeste, saúde, educação, aumento real do salário mínimo e reajuste geral para o funcionalismo federal.

Numa reunião no início da tarde entre o presidente da comissão, senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), e lideranças de partidos e do governo na comissão, houve tentativa de se fechar um acordo. Ante a decisão do governo de não permitir alterações no relatório da LDO, ficou acertado que os descontentes tentariam



Presidente da CMO, senador Carlos Bezerra (segundo à esquerda) discute matéria com parlamentares

mudar o parecer votando destaques de emendas. "Quem tiver votos suficientes pode fazer a mudança", afirmou em entrevista o líder do governo no Congresso, deputado Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM).

— Qualquer país decente tem superávit em suas contas básicas, e não déficit — sustentou Arthur Virgílio. Para ele, sem superávit primário de R\$ 31 bilhões "haverá desconfiança na política econômica, gerando inflação, retração de investimentos, fuga de capitais e desemprego". Além disso, ele alertou que o Brasil não pode subestimar a crise argenti-

na, que "pode provocar efeitos nefastos na economia brasileira se o governo não mantiver sua política econômica".

A reunião da Comissão Mista de Orçamento foi aberta às 16h de ontem e a deputada Lúcia Vânia fez a leitura do seu parecer. Os líderes governistas querem terminar a votação nesta semana, pois constitucionalmente o Congresso não pode entrar em recesso no mês de julho se não tiver votado a LDO. O presidente do Senado, Jader Barbalho, já marcou sessão do Congresso para o dia 28, destinada à votação final.

Relatora deixa com governo reajuste de salário

A deputada Lúcia Vânia resolveu devolver ao Executivo qualquer iniciativa de aumento real do salário mínimo no início do próximo ano e de reajuste geral para o funcionalismo público. Ao encaminhar a Lei de Diretrizes Orçamentárias ao Congresso, no início deste ano, o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, anunciou que caberia ao Congresso encontrar fontes permanentes de financiamento caso pretendesse alterar o mínimo acima de inflação ou reajustar os servidores.

A relatora alega que, ante várias incertezas da economia nacional provocadas pela crise de energia, decidiu não garantir as duas novas despesas, inclusive porque seria obrigada a cortar programas e projetos para encontrar o dinheiro. Além disso, ela acredita que este debate poderá ser feito no segundo semestre deste ano, quando o

Congresso estiver discutindo o projeto definitivo do Orçamento 2002, como ocorreu no final do ano passado. Na época, o Congresso decidiu usar até mesmo verbas das emendas dos parlamentares para elevar o salário mínimo de R\$ 151 para os atuais R\$ 180.

Os parlamentares da oposição criticaram a relatora, ponderando que o governo, sem a obrigação de aumentar o mínimo, não irá prever o reajuste no projeto do Orçamento 2002 que chegará ao Congresso dia 31 de agosto. O deputado Sérgio Miranda (PCdoB-MG) acredita que, desta forma, o Executivo tentará responsabilizar o Congresso se o mínimo não for aumentado.

— Depois, o governo fará chantagem, dizendo que o mínimo só subirá se os deputados e senadores abrirem mão da verba destinada às suas emendas, cerceando

cada vez mais as atividades dos parlamentares — argumentou o deputado.

As incertezas econômicas lançadas pelo "apagão", aliada à crise argentina, poderão mudar até mesmo várias previsões contidas na LDO, a começar pelo crescimento da economia — a proposta trabalha com 4,5% para o próximo ano, mas quase todas as consultorias importantes do país acreditam que o próprio governo deverá reduzir esta previsão.

O documento prevê ainda que o dólar comercial será negociado no mercado em dezembro de 2002 a R\$ 2,15, um valor bem abaixo dos R\$ 2,48 registrados nesta segunda e terça-feira (dias 18 e 19). O mesmo ocorre com os juros nominais, previstos para uma média de 13,2% em 2002, percentual também considerado pelos consultores como otimista.

Decisão sobre fundo para a Amazônia será no dia 26

O Senado adiou para 26 de junho a votação da proposta de emenda à Constituição do senador Jefferson Péres (PDT-AM) que institui, para vigorar de 2001 a 2013, o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental. O fundo se



Jefferson pediu o adiamento da votação do projeto

destina a promover o desenvolvimento econômico daquela região, compatibilizando-o com a proteção do meio ambiente.

O próprio autor do projeto pediu o adiamento da votação, invocando a exiguidade do tempo para deliberação da matéria, visto que já estava anoitecendo. O texto será votado nos termos de um substitutivo do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) e contempla os estados do Acre, Amazonas, Roraima e Rondônia. Os recursos desse

fundo serão aplicados em obras e programas a serem realizados nos municípios desses estados, exceto nas capitais.

Na mesma sessão, o Senado adiou por 30 dias o início da discussão da proposta de emenda à Constituição que facultava aos dentistas a acumulação de dois cargos nos quadros da administração pública. Hoje, a Constituição permite a acumulação remunerada de cargos públicos apenas aos médicos e professores. Oriundo da Câmara, o texto foi concebido para corrigir o tratamento diferenciado de que são alvo os odontólogos, numa época em que o desenvolvimento da assistência à saúde integra cuidados dentários nos serviços prestados à população.

Suassuna diz que situação do país o deixa constrangido

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) afirmou ontem que se sente constrangido com diversos fatos que acontecem no Brasil e acredita que o sentimento é geral. Entre os acontecimentos que o deixam constrangido e com vergonha, o senador enumerou a seca no Nordeste, o clima de denuncismo, a falta de políticas públicas para a agricultura e a indústria e estruturas de segurança e saúde insatisfatórias. “A esperança e a fé estão diminuindo. Os valores brasileiros estão sumindo, até as



Para Suassuna, “o que falta ao Brasil é uma boa coordenação”

autoridades estão esmaecendo”, disse.

— O que falta ao Brasil é uma boa coordenação, para que o país possa decolar em busca de um futuro melhor — afirmou.

Suassuna lamentou que diariamente senadores sejam denunciados, com ou sem razão, e afirmou acreditar que a imprensa brasileira vive apenas em busca de escândalos. Ele se disse constrangido até por ser político, pois a categoria toda chega a ser comparada pela imprensa às mulheres de vida fácil.

PMDB continua na base do governo, afirma Jader

O senador Jader Barbalho disse ontem que o PMDB continua sendo um partido da base do governo — tanto que o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) assume um lugar no ministério —, embora isso não impeça a discussão da possibilidade de candidatura própria para a sucessão presidencial.

— O partido está inserido no go-

verno, tem ministros, e acho que continuará integrado na base governista — afirmou.

Sobre reunião convocada pelo presidente do partido, senador Maguito Vilela (GO), Jader disse que se trata de “uma troca de informações”, porque, para decidir sobre o relacionamento com o governo, o órgão competente seria a convenção nacional.

Plenário aprova distrito agropecuário em Roraima

Projeto de Romero Jucá beneficia o município de Caracará. A matéria agora vai ao exame da Câmara dos Deputados

O Senado aprovou ontem projeto do senador Romero Jucá (PSDB-RR) autorizando o Poder Executivo a criar, no município de Caracará, em Roraima, distrito agropecuário destinado a desenvolver atividades de agropecuária, colonização, turismo ecológico, mineração, preservação e pesquisa. A matéria agora vai ao exame da Câmara dos Deputados.

Romero Jucá destacou que o projeto consolida a busca de desenvolvimento auto-sustentável para Caracará. Ele lembrou que em 1998, quando vários municípios do estado tiveram problemas com incêndios, foi iniciado debate sobre a necessidade de buscar soluções para impulsionar a economia e gerar empregos nas cidades do interior a partir da destinação de recursos públicos planejados e direcionados. Na opinião de Jucá, esses distritos agropecuários são o caminho.

Manifestando sua satisfação pela aprovação da matéria, o senador lembrou que ainda restam



Romero Jucá vê distrito agropecuário como caminho para impulsionar a economia de Roraima

cinco projetos a serem votados com o mesmo objetivo, entre eles o do distrito agropecuário de São João da Baliza.

— Confio que todos eles serão aprovados, inclusive na Câmara dos Deputados, para que Roraima possa ter uma base de desenvolvimento auto-sustentável no

seu interior — disse.

Entre os objetivos do distrito estão a criação de um pólo de desenvolvimento agropecuário, aumento da oferta de alimentos nos mercados da Amazônia Ocidental, a diminuição dos custos de produção e comercialização de produtos agrícolas e extrativistas, assim como a criação de tradição agrícola e a geração de novos empregos na região.

Foi decidido que o Ministério do Planejamento, por meio da Suframa, fixará as diretrizes e normas pertinentes à seleção e avaliação da viabilidade técnica e financeira dos projetos a serem criados no distrito agropecuário.

Na mesma sessão, o Senado aprovou decretos legislativos renovando permissão para o funcionamento da Rádio Regional Comunicação, de Ribeirão Preto (SP), e para a Associação Comunitária e Cultural, de Poço das Trincheiras (AL). Os dois decretos vão agora à promulgação.

Pauta terá temas importantes antes do recesso

O presidente do Senado, Jader Barbalho, determinou ao secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro Silva, que mantenha contato com os presidentes das comissões permanentes a fim de ampliar o número de projetos que deverão ser votados antes do recesso de julho e prepare uma pauta de matérias em condições de ser apreciadas pelos parlamentares já no próximo mês de agosto.

— O volume de 340 matérias votadas pelo Senado neste semestre é grande, mas ainda não reflete toda a atividade parlamentar, pois não inclui os projetos aprovados por senadores e deputados nas sessões do Congresso Nacional. Além disso, a pauta deverá ser acrescida de alguns projetos importantes para os quais o presidente Jader determinou prioridade, como é o caso da proposta para pagar as perdas do FGTS e a regulamentação do Fundo da Pobreza, que poderão ser aprovadas antes do recesso, juntamente com a Lei de Diretrizes Orçamentárias — informou o secretário-geral. Segundo Carreiro, em cada uma



Raimundo Carreiro Silva prevê votações importantes antes do recesso parlamentar e em agosto

das comissões permanentes do Senado foram selecionados projetos prioritários para votação. “Do conjunto de projetos com prazos já vencidos para tramitação, o presidente Jader apontou como prioritárias cerca de 20 propostas, para as quais os presidentes das comissões receberam apelos no sentido de colocá-las em pauta ou encaminhá-las para que sejam relatadas no Plenário, quando de sua votação”, explicou.

O senador Bernardo Cabral (PFL-

AM), por exemplo, recebeu solicitação para priorizar três projetos na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), da qual é presidente, e de imediato mandou colocá-los na pauta de votação da próxima reunião da comissão. O mesmo determinou o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em relação a duas propostas para as quais a Mesa pediu urgência.

A meta fixada pelo senador Jader Barbalho, informou o secretário-geral da Mesa, é aprovar no Plenário pelo menos mais cinco projetos importantes antes do recesso. “E criar condições para que a pauta de agosto possa contar com boa parte dos 15 projetos cuja tramitação as comissões vão acelerar”, acrescentou. Entre as propostas prioritárias para este mês estão a que cria Juizados Especiais na Justiça Federal, a de incentivos para a admissão de deficientes pelas empresas, a que disciplina o uso dos recursos das privatizações e a de desconto nas passagens para pessoas com mais de 60 anos.

Petrobras investe em termelétricas

Empresa aplicará no setor US\$ 1 bilhão além do previsto, nos próximos cinco anos, segundo anunciou Reichstul em audiência na comissão mista que estuda crise de energia

A Petrobras vai investir US\$ 1 bilhão além do previsto, até 2005, para aumentar a oferta de energia termelétrica no país,



anunciou ontem o presidente da empresa, Henri Philippe Reichstul, em audiência pública na comissão mista que discute a crise energética. A Petrobras planeja participar de dez das 14 usinas termelétricas previstas para entrar em operação no país até 2005. Como resultado, a oferta de energia para o próximo quadriênio teria um aumento de cerca de 2 mil megawatts.

A oferta excedente de energia provocará um aumento na demanda brasileira de gás natural — de 70 milhões de metros cúbicos por ano. Reichstul disse que, para fazer frente a esta necessidade, a empresa vai acelerar a construção de gasodutos e incrementar a produção nas regiões Nordeste, Sul e Sudeste. Além disso, o Brasil vai aumentar a importação de gás natural da Bolívia, passando de 1 milhão para 10 milhões de metros cúbicos por ano.

O relator da comissão, senador Paulo Souto (PFL-BA), levantou um ponto polêmico da participação da Petrobras na geração de

energia termelétrica, o de o governo ter determinado que os preços da energia sejam atrelados às variações cambiais e do

preço do petróleo. Reichstul explicou que a empresa arcará com o custeio das variações. No entanto, os recursos depositados nessa conta serão corrigidos pelas taxas de mercado, o que deverá, segundo o presidente da companhia, proteger a Petrobras de futuros prejuízos.

FALHAS

Também presente à audiência, o secretário nacional de Energia, Afonso Henrique Moreira dos Santos, admitiu falhas no planejamento do governo para o setor energético. Segundo ele, o trabalho do governo era “definir cenários” que nem sempre puderam ser implementados. Questionamentos ambientais ou meras decisões empresariais postergaram a construção de usinas previstas pelo planejamento governamental. “O sistema de autorizações para a exploração do setor é muito tênue. Existem fragilidades no modelo nacional que dificultam a expansão energética. Por exemplo, o preço do gás natural, óbices de caráter ambiental e tributário”, disse.

Uso múltiplo da água exige atenção, diz diretor da ANA

O regime hidrológico não é o principal responsável pela crise energética do Brasil, afirmou o diretor-presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Jerson Kelman, em audiência pública na comissão mista. Segundo ele, o uso de critérios internacionais de controle dos reservatórios teria minimizado a gravidade do racionamento.

O diretor-presidente da ANA explicou que usualmente os países preparam seus sistemas energéticos para níveis de estiagem pelo menos iguais aos piores de determinadas séries históricas. A Bacia do São Francisco observa atualmente, conforme Kelman, os piores níveis dos últimos 70 anos. No caso do Rio Grande, que abastece os reservatórios de Furnas, apesar de grave

a estiagem não é tão grande.

Kelman disse ainda que o uso múltiplo dos recursos hídricos deve ser levado em conta na solução dos problemas energéticos. Durante 50 anos, alegou ele, a geração de energia foi privilegiada, em detrimento do abastecimento humano, da irrigação e da navegação. Ele citou o caso do esvaziamento do reservatório de Ilha Solteira, em São Paulo, em decorrência da crise atual, e que pode trazer sérios impactos socioeconômicos para a região.

A operação diminuiria drasticamente os níveis da hidrovía Tietê-Paraná, comprometendo a navegação e o fluxo da produção de grãos. Como solução, adiantou Kelman, o esvaziamento deverá ser efetivado em agosto, período de menor movimento na hidrovía.



Henri Philippe Reichstul (E) diz que Petrobras planeja participar de dez das 14 termelétricas previstas para entrar em operação até 2005

Parlamentares debatem amanhã com especialistas

A comissão especial mista criada para estudar as causas da crise no abastecimento de energia no país realiza amanhã, às 9h30, audiência pública com a presença de Luiz Pinguelli Rosa, Maurício Tolmasquim e Adilson de Oliveira, professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Ildo Luis Sauer, professor

da Universidade de São Paulo, e Bautista Vidal, pesquisador na área energética.

Hoje, às 18h30, a comissão aprecia e vota requerimentos e propostas a serem encaminhadas antecipadamente à Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, bem como a programação de visitas no mês de julho.

Eduardo considera paradoxal processo de desenvolvimento

Ao comentar a atual crise de energia elétrica no Brasil, o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) classificou como paradoxal o processo de desenvolvimento do país, por concentrar sua economia e ocupação territorial nas áreas mais pobres de recursos energéticos



Eduardo: economia se concentra onde há poucos recursos energéticos

e, acrescentou, manter vazias as áreas onde esses recursos são mais abundantes.

Segundo ele, as regiões Nordeste, Sul e Sudeste — onde as fontes de energia hidráulica se aproximam do esgotamento — concentram aproximadamente 80% da economia nacional e quase 90% da população, enquanto as grandes reservas hídricas estão no Norte e no Centro-Oeste.

— A questão da redistribuição da ocupação produtiva e sustentável do Brasil, ou seja, de um novo modelo de desenvolvimento brasileiro, é de tal gravidade e pertinência que, solidário com pronunciamentos nesta Casa, so-

bretudo das bancadas do Norte e do Centro-Oeste, desejo retornar a ela, em momento oportuno.

Na opinião do senador, é preciso reverter o atual modelo de desenvolvimento, fazendo com que a ocupação humana e a economia possam ser levadas para estados com

recursos naturais, desconcentrando o desenvolvimento do país. Eduardo Siqueira Campos lembrou que o transporte de energia em longa distância é extremamente caro, não apenas pelo elevado investimento em longas linhas de transmissão de alta tensão e sua manutenção, mas também pelas perdas no percurso, cuja minimização, informou, exige novos investimentos e adoção contínua de inovações tecnológicas.

— Desejei, neste momento, como ensina a sabedoria oriental, transformar a crise de energia num momento de alerta para a oportunidade de refletir sobre um novo modelo de desenvolvimento brasileiro — concluiu o parlamentar.

CI discute crise no abastecimento de água no país

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura vai promover audiência pública, em data ainda a ser marcada, sobre a possível crise no abastecimento de água no país, em paralelo com os problemas enfrentados pelo governo no setor de energia elétrica. O convidado para a audiência é o presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Jerson Kelman.

O requerimento de convocação, aprovado ontem pela CI, é de autoria do senador Paulo Hartung (PPS-ES), que se mostra preocupado com uma iminente crise no fornecimento de água tratada para o consumo humano, bem como a destinada à produção agrícola. Ele entende que o chamado manejo dos recursos hídricos deve ser mais bem esclarecido.

A comissão, presidida pelo senador José Alencar (PMDB-MG), também aprovou requerimento do senador Ricardo Santos (PSDB-ES) solicitando



José Alencar preside Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

audiência pública para debater os efeitos da seca e o planejamento de ações emergenciais e estruturais colocadas em prática pelo governo para socorrer as vítimas atingidas pela estiagem, principalmente no Nordeste, Espírito Santo e na região do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais.

Estarão presentes à reunião, também em data a ser marcada, o ministro do Desenvolvimento Agrário e coordenador da Câmara Setorial Extraordinária de Convivência com a Seca, Raul Jungmann, o secretário especial do ministro da Integração Nacional, Wagner de Oliveira, e o diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, Walter Kirchoff.

A comissão aprovou ainda projeto do senador Moreira Mendes (PFL-RO) incluindo o trecho rodoviário que liga as localidades de Vilhema e Pimenteiras, no estado de Rondônia, ao Plano Nacional de Viação. O projeto segue agora para a Câmara dos Deputados.

Ficou para a próxima reunião a votação do projeto do senador Edison Lobão (PFL-MA) que cria o Programa de Incentivos a Energias Renováveis (Pier).

CAE aprova regulamentação do Fundo da Pobreza

Parecer favorável acolhido ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos foi apresentado pelo seu presidente, senador Lúcio Alcântara. Fundo destinará anualmente R\$ 4 bilhões para populações mais carentes do país

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou ontem parecer favorável ao projeto de lei da Câmara dos Deputados regulamentando o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, e que deverá destinar, anualmente, cerca de R\$ 4 bilhões para as populações mais carentes do país.

O relator da matéria, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), presidente da CAE, rejeitou todas as seis emendas apresentadas ao projeto, de autoria dos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Marina Silva (PT-AC) e Heloísa Helena (PT-AL).

Os senadores Paulo Souto (PFL-BA), Pedro Piva (PSDB-SP), Francelino Pereira (PFL-MG) e o próprio relator fizeram questão

Alcântara, tendo à sua esquerda Waldeck Ornêlas e Bernardo Cabral, rejeitou todas as emendas apresentadas



de destacar o papel que teve o então senador Antonio Carlos Magalhães na criação do projeto.

Em seu parecer, Lúcio Alcântara ressaltou que em um país em que tanto se critica a criação de pro-

gramas sociais sem a garantia de recursos disponíveis para a sua implementação, o atual projeto apresenta-se na linha oposta, nascendo já com recursos garantidos. Ele lembrou que, nos últimos 20 anos, o número de pobres correspondeu a aproximadamente 40% da população brasileira, atingindo maior proporção no início da década de 80, com pouco mais de 50%.

Após o Plano Real, contudo, assinalou Alcântara, esse percentual foi reduzido para algo em torno de 34%, o que torna esse plano, aparentemente, "a única política governamental com conseqüências duradouras no combate à pobreza". Segundo o senador, entre 1993/95, mais de 10 milhões de pobres deixa-

ram de tê-lo, mas os efeitos distributivos do fim da inflação esgotaram-se, tendo a pobreza voltado a aumentar com o crescimento vegetativo da população.

Ao comentar a proposta, Eduardo Suplicy disse que o fundo não vai resolver em definitivo o problema da pobreza no país, o que para ele só acontecerá com a instituição de uma renda mínima para cada cidadão, conforme iniciativa de sua autoria. Pedro Piva concordou com a impossibilidade de se resolver definitivamente o problema, mas disse que o projeto "é a prática da utopia do possível". E acrescentou: "Falta muito, mas é o começo".

Os senadores Romero Jucá (PSDB-RR) e Francelino Pereira ressaltaram a força que o projeto atribui à Bolsa-Escola, que paga um subsídio às famílias pobres que mantêm seus filhos na escola.

Projeto será analisado hoje pela CAS

O projeto de regulamentação do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza será examinado hoje, a partir das 10h, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A matéria tem como relator nessa comissão o senador Romero Jucá (PSDB-RR). Os recursos do fundo já estão garantidos e terão como fonte principal parcelas da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Para Romero Jucá, o Fundo da Pobreza irá atender, principalmente, às populações das áreas rurais do Norte e Nordeste brasileiros. São nessas regiões, observou, que se registra maior número de famílias carentes que se encontram na chamada linha da pobreza. Os recur-

sos serão aplicados em nutrição, habitação, saúde, educação, reforço de renda familiar e em programas de relevante interesse social.

Na mesma reunião, a CAS, presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), aprecia projeto do senador Sérgio Machado (PSDB-CE) que torna gratuita a emissão de extratos bancários das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). O projeto é de caráter terminativo e tem parecer favorável do senador Leomar Quintanilha (PPB-TO).

Consta ainda da pauta projeto que autoriza o aproveitamento de recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, situados em terras indígenas localizadas na re-

gião de Ponte de Pedra, em Mato Grosso. Na justificativa, o autor da matéria, senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), observa que a medida visa ao aproveitamento dos recursos hídricos para combater a crise energética.

A CAS também deve apreciar o projeto do senador Valmir Amaral (PMDB-DF) que proíbe a utilização de catraca eletrônica nos ônibus urbanos e o do senador Nabor Júnior (PMDB-AC) que obriga os responsáveis por cursos livres de lutas, natação e ginástica a serem formados em Educação Física.

A comissão analisa ainda projetos que regulamentam as profissões de corretor de imóveis e de goleiro.

CCJ também examina proposta nesta quarta

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) também aprecia hoje, em reunião marcada para as 10h, o projeto da Câmara, de autoria do deputado Jorge Bittar (PT-RJ), que regulamenta o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, criado por meio de emenda constitucional promulgada em dezembro do ano passado pelo Congresso Nacional. O projeto, ao qual foi anexada proposta do governo com objetivo idêntico, estabelece regras para a arrecadação e a destinação dos recursos do fundo e tra-

mita em regime de urgência.

Também em regime de urgência será apreciado pela CCJ projeto da Câmara que altera dispositivos do Código de Processo Penal relativos ao regime de prisão especial. Conforme relatório do senador Ramez Tebet (PMDB-MS), favorável à aprovação da matéria, o projeto visa extinguir privilégios injustificáveis concedidos a alguns tipos de presos. O conceito de prisão especial ficaria restrito às condições de segurança, saúde e dignidade humana de indivíduos que, em razão de fun-

ções exercidas, não podem conviver com presos comuns durante encarceramento provisório.

Está ainda na pauta da CCJ proposta de emenda à Constituição (PEC) de iniciativa do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) que prevê a redução do mandato dos senadores, de oito para quatro anos. A PEC também reduz de 35 para 28 anos a idade mínima para os candidatos ao Senado, à Presidência e à Vice-Presidência da República. O relator da PEC, senador Francelino Pereira (PFL-MG), é contra a redução do mandato.

Esportes olímpicos no país podem ter ajuda das loterias

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) aprovou ontem substitutivo da Câmara a projeto de autoria do senador Pedro Piva (PSDB-SP) destinando 2% da arrecadação bruta dos concursos de prognósticos, loterias federais e similares, sujeitos à



Projeto de Pedro Piva recebeu substitutivo na Câmara dos Deputados

autorização federal, para os Comitês Olímpico e Paraolímpico.

Segundo estimativas do relator da matéria, senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), os dois órgãos vão poder contar, anualmente, com mais R\$ 40 milhões para melhor preparar os atletas brasileiros para as Olimpíadas e Paraolimpíadas. Os recursos para favorecer o treinamento dos atletas brasileiros e preparação de instrutores serão deduzidos dos prêmios a serem pagos aos apostadores daqueles sorteios.

O projeto prevê ainda que, além de 2% do montante da arrecadação bruta dos sorteios, o Comitê Paraolímpico Brasileiro disporá, anualmente, da renda líquida total de um dos testes da Loteria Esportiva Federal e ainda da renda líquida de um segundo teste nos anos de realização de Jogos Olímpicos e de Jogos Pan-

Americanos.

De acordo com as emendas recebidas na Câmara, do total dos 2% da renda bruta dos sorteios lotéricos destinados aos comitês que cuidam da preparação dos jovens brasileiros nas Olimpíadas e

Paraolimpíadas, 85% irão para o Comitê Olímpico Brasileiro, e os restantes 15% para o Comitê Paraolímpico.

Em seu parecer, Eduardo Siqueira Campos destacou que a proposta aprovada pela CAE abre espaço para uma efetiva promoção do esporte no país, sem recorrer à criação de novos incentivos fiscais e sem influenciar no poder de atração dos jogos lotéricos. "Note-se, também, que a proposta não modifica a receita final dos concursos, já que o percentual proposto será deduzido do valor destinado aos prêmios", observa.

Conforme destaca o relator, o esporte pode ser utilizado como instrumento de combate às drogas e à marginalização, constituindo a prática desportiva em "motivação mais vigorosa do que o ensino formal para meninos de rua, por exemplo".

Funcionários serão indiciados por violar painel

Os quatro funcionários do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado (Prodasen) que participaram do episódio de violação do painel eletrônico de votação do Plenário serão indiciados, ainda esta semana, pela comissão interna que conduziu os levantamentos e os processos administrativos contra os funcionários. A informação foi dada pela presidente da comissão e diretora da Secretaria Administrativa da Casa, Paula Miranda, que trabalhou em conjunto com Mário Lúcio de Medeiros e Andréa Íris Isaac Freire.

Regina Célia Peres Borges, a ex-diretora do Prodasen que deu a ordem para a violação, seu esposo Ivar Alves Ferreira, Hermilo Gomes da Nóbrega e Heitor Ledur, técnicos responsáveis pelas alterações no sistema, terão 20 dias corridos para apresentar a defesa por escrito. Isto porque, detalhou Paula, os acusados já foram ouvidos, assim como as testemunhas arroladas no caso.

Somente após esse período a comissão poderá emitir um relatório — e para isso contará com até 20 dias — sobre a culpabilidade de cada funcionário e as punições, se couberem. As penalidades previstas pelo regulamento do Senado são advertência, suspensão ou demissão. Caberá ao 1º secretário, senador Carlos Wilson (PPS-PE), decidir definitivamente sobre os processos.

Como todos receberão o comunicado do indiciamento no mesmo dia e terão 20 dias, também de forma igual, a previsão da diretora é que a definição sobre os processos só aconteça após o recesso de julho.

Bancada feminina pede instalação de conselho

A bancada feminina reúne-se na manhã de hoje com os presidentes do Senado, Jader Barbalho, e da Câmara dos Deputados, Aécio Neves, para pedir a instalação, no Congresso, do Conselho de Comunicação Social, previsto pela Constituição federal. A criação do conselho, que será composto por parlamentares, representantes da sociedade, governo e empresas de comunicação, é de interesse da bancada feminina por se tratar do fórum apropriado para debater temas como a vulgarização da imagem da mulher, a liberdade de expressão e o oligopólio dos meios de comunicação social.

As senadoras Emilia Fernandes (PT-RS) e Maria do Carmo Alves (PFL-SE) atuam como coordenadoras da bancada feminina.

Plenário vota reposição de perdas do FGTS em regime de urgência, hoje

Aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos, proposta que indeniza trabalhadores pelos prejuízos decorrentes dos Planos Verão e Collor I está na pauta do Plenário

Em regime de urgência, o Senado vota hoje projeto oriundo da Câmara que garante a reposição das perdas sofridas pelos trabalhadores nas contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Na votação do requerimento de urgência, o líder do governo, Romero Jucá (PSDB-RR), enfatizou a importância da matéria e a exiguidade do prazo para os levantamentos que precisam ser feitos sobre essas contas.

Ontem pela manhã, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou o projeto de lei da Câmara que garante a reposição de perdas sofridas pelos trabalhadores nas contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), estimadas em aproximadamente R\$ 42 bilhões. O prejuízo aos trabalhadores foi provocado pela supressão de parcelas de correção monetária sobre os recursos do fundo durante a implementação dos Planos Verão e Collor I. O direito à reposição foi reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal (STF).



Romero Jucá (entre o presidente da Força Sindical e o senador Lúdio Coelho) rejeitou todas as emendas apresentadas ao projeto

Ao relatar o projeto, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) rejeitou todas as emendas apresentadas à proposta, insurgindo-se também contra requerimentos que visavam à alteração do texto oriundo da Câmara que, segundo explicou, resultou de um amplo acordo entre trabalhadores, empregadores e governo.

Os senadores Paulo Hartung (PPS-ES) e José Fogaça (PMDB-RS) também entenderam desse modo. Hartung afirmou que cabia aos senadores garantir o "acordo possível", mesmo sabendo que ele contraria alguns interesses, como os do setor produtivo. Os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), José Alencar (PMDB-MG) e Osmar Dias (PSDB-PR) apresentaram ontem novas emendas ao projeto, que ficaram sem efeito com a aprovação do parecer do relator, favorável ao projeto originário da Câmara.

Já o senador Carlos Bezerra

(PMDB-MT), embora votando com o relator, procurou destacar o grande mal que os planos econômicos provocaram em diversos setores da economia, como foi o caso das contas do FGTS. Nessa mesma linha, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) lamentou os erros sucessivos cometidos por vários governos, deixando a conta para apenas um pagar.

Entre as diversas fontes previstas no projeto aprovado pela CAE para a cobertura do prejuízo de R\$ 42 bilhões nas contas do FGTS, destacam-se: pagamento, pelo empregador, de multa de 10% sobre o montante dos depósitos do FGTS, nas despedidas sem justa causa; aumento de meio ponto percentual no recolhimento feito pelo empregador ao fundo, durante 60 meses, excluindo-se os empregadores domésticos e as empresas que se utilizam do Simples nas suas obrigações tributárias; e um deságio sobre o total do complemento da atualização monetária, a ser bancado pelos trabalhadores.

Autorizada contratação de empréstimo de US\$ 404,04 milhões com o Bird

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) autorizou o governo federal, ontem, a contratar empréstimo no valor de US\$ 404,04 milhões junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird). Os recursos passarão a compor as reservas externas do país, podendo ainda ser utilizados para saldar compromissos financeiros internacionais. A mensagem presidencial com o pedido de autorização obteve tratamento de urgência para ir a Plenário.

O relator da matéria, senador José Fogaça (PMDB-RS), explicou no seu parecer, aprovado pela CAE, que o empréstimo não contém exigência de contrapartida do governo brasileiro, que somente iniciará os pagamentos dos recursos tomados após o prazo de carência de 60 meses, a contar de 15 de julho deste ano.

Depois desse prazo, os pagamentos deverão ser feitos duas vezes por ano (em 15 de janeiro e em 15 de julho), em 14 parcelas iguais e consecutivas. Os juros cobrados na operação, classificada na modalidade de Empréstimo Programático de Ajuste do Setor Financeiro (FSAL), serão equivalentes ao da Libor semestral (taxa do mercado financeiro de Londres).



José Fogaça deu parecer favorável ao empréstimo

Em sua reunião de ontem, a CAE decidiu também atender pedido de vista solicitado pelo senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) ao projeto de lei que institui o Código de Defesa do Contribuinte, de autoria do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC). O relator da matéria, senador Bello Parga (PFL-MA), rejeitou um total de 18 emendas ao projeto e Saturnino quer mais tempo para conhecer melhor o teor de cada emenda proposta.

A comissão acatou ainda parecer do senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) rejeitando o projeto que ampliava o sistema de seguros obrigatórios também para danos pessoais a consumidores nos estabelecimentos comerciais.

Por consenso entre o presidente da CAE, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), e diversos senadores da comissão, ficou acertada a realização de uma audiência pública para debater vantagens e desvantagens do ingresso do Brasil na Área de Livre Comércio da Américas (Alca), no próximo dia 28, a partir das 14h30, atendendo a proposta do senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Entre os convidados estão o embaixador Samuel Guimarães e o economista Paulo Nogueira Baptista Júnior.

CAE aprova nome indicado pelo governo para compor o Cade

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem a indicação, pelo presidente da República, do advogado Ronaldo Porto Macedo Júnior para exercer o cargo de conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), órgão do Ministério da Justiça, com mandato de dois anos. Aprovado pela CAE, o nome do indicado será enviado à apreciação do Plenário do Senado.

Em sua exposição aos senadores, Ronaldo Porto Macedo Júnior disse que, como sua experiência profissional sempre esteve ligada à defesa de consumidores, envidará todos os esforços para ter uma atuação no Cade de maneira a fortalecer ainda mais o Código de Defesa do Consumidor. Ele ressaltou que a defesa dos direitos dos consumidores na economia atual é uma das formas de se fomentar a concorrência entre as empresas, que cada vez mais são exigidas e cobradas quanto à qualidade e eficiência dos produtos que entregam à sociedade.



Ronaldo Porto Macedo quer fortalecer o Código do Consumidor

Tebet promete combater desigualdades

“Eu vou para o Ministério da Integração Nacional para lutar, para ver se conseguimos não dispersar recursos, transformar o pouco em muito”, afirma ao se despedir do Senado



Lutar para diminuir as desigualdades regionais e sociais existentes no Brasil é a promessa feita pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS) ao se despedir do Senado Federal para assumir, hoje, o Ministério da Integração Nacional.

— Vou levar comigo os ensinamentos colhidos nesta Casa, que é a casa da Federação, e que tem como sua maior responsabilidade evitar os desequilíbrios regionais e sociais — afirmou Tebet.

O senador disse ter sido convocado para ocupar a pasta da Integração Nacional, atendendo apresentação feita por seu partido e garantiu que tudo fará para corresponder à confiança que o presidente da República e o partido nele depositaram. Observou que embora seja um momento difícil para o

Brasil, “é nessas horas que os desafios devem ser enfrentados” e ressaltou que pretende contar com a contribuição de todos os senadores em sua missão.

— Eu não posso prescindir da colaboração de nenhum dos meus colegas, eu preciso do concurso de todos os senadores da República, de todos os que compõem o Congresso Nacional, nesta árdua tarefa.

Tebet disse que quer fazer do Ministério da Integração Nacional uma extensão do Congresso, lembrando que chegou ao Senado lutando pelo desenvolvimento e defendendo que esse desenvolvimento passe pelo interior do Brasil. Destacou que o processo industrial brasileiro já está saindo dos grandes centros urbanos em direção às ci-

dades de porte médio.

O problema da seca que assola a Região Nordeste foi também comentado pelo senador. Ele ressaltou que esta é a maior seca dos últimos 60 anos, situação agravada ainda pela crise energética que o país enfrenta.

— Eu vou para o Ministério da Integração Nacional para lutar, para ver se conseguimos não dispersar recursos, transformar o pouco em muito.

Tebet defendeu soluções definitivas e não só paliativas para os problemas que se repetem todos os anos, como o da seca no Nordeste. O senador considera que o Ministério da Integração Nacional deve ser o ministério da solidariedade, unindo ricos e pobres para que haja melhor distribuição de riqueza.

Colegas destacam sucesso obtido em missões difíceis

A necessidade de combater as desigualdades regionais e sociais foi um dos pontos mais ressaltados nos apartes ao discurso de despedida do senador Ramez Tebet (PMDB-MS). Vários senadores lembraram que, no Senado, Tebet desempenhou com brilho e competência missões também difíceis como a presidência da CPI do Judiciário e do Conselho de Ética.

Pedro Simon (PMDB-RS) destacou que Ramez Tebet agiu sempre como magistrado, com competência e seriedade nas questões mais difíceis. Afirmou que a postura de Tebet à frente da CPI do Judiciário garantiu o resultado altamente positivo dos trabalhos, sem que fosse registrado nenhum confronto entre os Poderes. “Não nego a mágoa que sinto ao lhe ver deixar esta Casa, eu estava acostumado a ouvir as orientações de Vossa Excelência”, disse Simon.

Para Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), se Tebet repetir no ministério o sucesso registrado em suas outras atividades anteriores, o país estará bem aquinhado. Mestrinho pediu ao ministro indicado que não deixe a Amazônia de fora de sua atenção.

Antero de Barros (PSDB-MT) disse que Tebet assume o ministério em um momento em que as políticas públicas para diminuir as desigualdades precisam ser colocadas em prática.

Propôs que seja dada prioridade ao exame de projetos sérios e honestos que foram paralisados com a extinção da Sudam e da Sudene. Paes de Barros afirmou que o governo ganha mais do que Tebet com sua presença no Ministério da Integração Nacional. “Vai ser o orgulho do Pantanal.”

Renan Calheiros (AL), líder do PMDB, disse acreditar que Ramez Tebet emprestará ao ministério o mesmo brilho que mostrou ao Senado e manifestou sua felicidade e a de seus companheiros de partido com a escolha. Iris Rezende (PMDB-GO) elogiou o espírito público de Tebet e demonstrou sua segurança de que este fará um grande trabalho à frente da pasta. Afirmou que o país ganhou com a escolha e destacou que Tebet substituirá à altura o senador Fernando Bezerra (PTB-RN), anterior ocupante do ministério.

Roberto Saturnino (PSB-RJ) parabenizou Ramez Tebet e ressaltou sua proposta de fazer do Ministério da Integração o ministério da solidariedade. Lúcio Alcântara (PSDB-CE) desejou sorte a Tebet na missão a ele confiada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Francelino Pereira (PFL-MG) lembrou a amizade antiga que o liga a Tebet e destacou a demonstração de coragem e de relevante conhecimento do país para assumir tal posição neste momento.

Pedro Piva (PSDB-SP) disse que Tebet deixou sua marca em todos os cargos por que passou e

vai agora enriquecer o ministério de Fernando Henrique Cardoso.

Carlos Patrocínio (PFL-TO) recordou que Ramez Tebet foi convocado para desempenhar as missões mais difíceis e espinhosas no Congresso Nacional e delas se desincumbiu com sucesso. Afirmou que Tebet é a pessoa ideal para formular e executar as políticas capazes de diminuir as imensas desigualdades do Brasil. Jonas Pinheiro (PFL-MT) disse ter certeza de que na nova em-

preitada Ramez Tebet terá o mesmo sucesso que em suas outras missões.

Ney Suassuna (PMDB-PB) pediu que seu partido lute para garantir os recursos necessários para que o ministério possa enfrentar os graves problemas que estão sob sua alçada. Moreira Mendes (PFL-RO) manifestou sua alegria com a condução de Tebet ao cargo e disse que o novo ministro irá desempenhar bem sua nova e importante missão.



Tebet recebe cumprimentos dos senadores no Plenário

Esperança de benefícios para os mais pobres

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) lembrou o trabalho realizado por Fernando Bezerra à frente do Ministério da Integração Nacional e pediu que Tebet examine a proposta referente à questão da Meta-de Sul do Rio Grande do Sul. Marluce Pinto (PMDB-RR) afirmou que a atuação de Tebet no Senado pôde mostrar ao Brasil que existem homens e mulheres sérios e competentes.

Arlindo Porto (PTB-MG) garantiu apoio ao novo ministro, lembrando que sempre pôde contar com a ajuda de Tebet quando foi ministro da Agricultura. Carlos Bezerra (PMDB-MT) disse que o Centro-Oeste fica feliz com a indicação de Ramez Tebet e que o ministro olhará com carinho para a região e vai ajudar a desenvolver programas que alavanquem recursos.

Para Romero Jucá (PSDB-RR), líder do governo no Senado, Ramez Tebet será um grande ministro, zelar pelas regiões mais pobres e sua

atuação será reconhecida pelo Brasil mais cedo do que possa esperar. Jucá ressaltou que o ministro poderá contar com seu apoio na Comissão de Orçamento para alocar os recursos de que a pasta precisa.

Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) disse que Tebet dará uma contribuição valiosa ao Brasil à frente do Ministério da Integração Nacional. Romeu Tuma (PFL-SP) desejou que Deus esteja ao lado de Tebet e o ajude a melhorar a situação das áreas mais pobres do Brasil. Valmir Amaral (PMDB-DF) garantiu que Tebet será aplaudido pelo trabalho que desempenhará no ministério. Lindberg Cury (PFL-DF) comoveu Ramez Tebet ao lembrar do pai deste. Ressaltou que estava escrito que Tebet teria a carreira brilhante como político e que será um grande ministro.

Carlos Wilson (PPS-PE) observou que Tebet foi eleito em 1994 e rapidamente conquistou o respeito de toda a Casa. Ressaltou que o Senado nunca prestou uma homenagem

dessa dimensão a nenhum de seus membros. “Mais de um terço desta Casa aqui se manifestou. Sei que é um cargo espinhoso, mas a presença de Vossa Excelência é a certeza de que vai vencer as dificuldades e vai ser um grande ministro”, disse Carlos Wilson.

Segundo Ricardo Santos (PSDB-ES), Tebet soube conduzir com firmeza e senso ético o processo que resultou no afastamento de senadores da Casa. Defendeu que o programa Avança Brasil passe a ser coordenado pelo Ministério da Integração Nacional. Luiz Otávio (sem Partido-PA) defendeu a revitalização dos órgãos de desenvolvimento regionais para que sejam retomados os investimentos na região amazônica.

O presidente do Senado, Jader Barbalho, fez questão de unir-se às manifestações do Plenário: “Tenho certeza de que sua missão será vitoriosa e de sucesso, também para o Brasil”.

Senadores pedem ao ministro ação efetiva contra efeitos da seca

O problema da seca no Nordeste foi o tema predominante nos inúmeros apartes apresentados ao discurso do senador Ramez Tebet, que deixa o Senado para assumir o Ministério da Integração Nacional. Em sua resposta, Tebet anunciou que amanhã o governo federal divulgará decreto instituindo um mutirão para combater os efeitos da seca. Acrescentou que o ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, coordenará a aplicação dos recursos oriundos do Ministério da Integração Nacional, da Saúde e da Educação em soluções práticas como a instituição do programa bolsa-escola nas áreas atingidas.

O anúncio foi feito em resposta ao aparte do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que lembrou que problemas com enchentes e seca têm levado milhões de brasileiros ao flagelo, situação que a seu ver só será superada com a criação de um sistema permanente para garantir renda mínima a todos os brasileiros. O senador parabenizou Tebet pelo novo cargo e disse acreditar em seu sucesso, dados o equilíbrio e preocupação ética demonstrados na sua atuação à frente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) pediu ao futuro ministro que analise o projeto de transposição de águas do Rio São Francisco. Para Valadares, o importante é cuidar da revitalização desse rio, que estaria hoje debilitado pela profusão de usinas hidrelétricas, com erosão nas margens e trechos que não podem mais ser navegados. Tebet respondeu que considera imprescindível cuidar da erosão e revitalizar o São Francisco; quanto à transposição de águas do rio, afirmou que vai ouvir a sociedade, especialmente seus representantes no Senado.

Já para Nova da Costa (PMDB-AP), a nomeação de Ramez Tebet é uma esperança de que o trabalho de integração nacional seja revitalizado. A experiência de Tebet à frente da antiga Superintendência do Centro-Oeste (Sudeco) e no Senado vai contribuir para minorar os desequilíbrios regionais, segundo o senador pelo Amapá.

Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) transmitiu a confiança de seus companheiros do partido e do estado de Mato Grosso do Sul de que Ra-

mez Tebet prestará um grande serviço em favor dos desassistidos de todas as regiões brasileiras. "É uma alegria ver um filho do Mato Grosso do Sul assumindo um ministério. Ramez Tebet tem o coração da solidariedade e fará o melhor trabalho possível." Juvêncio disse ainda acreditar que o suplente Pedro Ubirajara irá substituir Tebet à altura.

Lúdio Coelho (PSDB-MS) afirmou que o presidente da República acertou na escolha, uma vez que Ramez Tebet demonstra grande preocupação com o aprimoramento da administração pública e terá oportunidade de praticar o que acredita. Lúdio Coelho defendeu a adoção de medidas para enfrentar o problema da seca no Nordeste porque, segundo disse, "é inadmissível que em pleno século 21 irmãos nossos não tenham água para beber".

José Alencar (PMDB-MG) garantiu a Tebet o apoio dos senadores

Tebet anunciou que o governo federal divulgará decreto instituindo um mutirão para enfrentar os prejuízos causados pela seca

de Minas à sua gestão, ressaltando que seu estado tem grande parte de seu território na área da antiga Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), que é sua área menos favorecida. Alencar sugeriu que seja estudada a viabilidade

técnica de se transferir água da Bacia Amazônica para a revitalização do Rio São Francisco.

Sérgio Machado (PSDB-CE) manifestou confiança no bom senso de Tebet para conduzir a luta para mudar estruturalmente o Brasil e disse contar com a coragem e determinação do novo ministro para que questões como as relativas à seca tornem-se coisas do passado.

Alberto Silva (PMDB-PI) afirmou que 120 mil lavradores de seu estado perderam todo o plantio e estão vivendo de cesta básica distribuída pelo governo, informando que levará a Tebet um projeto que propõe incentivo para o plantio de mamona, para transformação em óleo combustível.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) ressaltou não acreditar no atual governo, mas, em respeito a Tebet, apelou para que o novo ministro defenda a suspensão imediata de todas as execuções do Banco do Nordeste, a modificação do cálculo do estoque da dívida e a exclusão do Nordeste do programa de racionamento de energia.

Hartung quer debate sobre Alca e rumos do Mercosul

Senador adverte que a ampliação dos horizontes comerciais do Cone Sul exige "um bloco forte e preparado para a pesada competição internacional"

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) alertou ontem para a necessidade de o Senado voltar a debater os rumos do relacionamento comercial do Brasil com os países do Cone Sul e com o resto do mundo, especialmente no tocante ao ingresso do país na Área de Livre Comércio das Américas



Paulo Hartung defende a ampliação das discussões sobre a Alca

(Alca). Ele defendeu a ampliação do debate sobre a participação do Brasil no processo de negociação da Alca, que deveria envolver os meios acadêmicos, sindicatos etc., com o objetivo de mobilizar diferentes setores em nível local e nacional. Na sua avaliação, o assunto é importante demais "para ser tratado exclusivamente por diplomatas".

— Além disso, há um conjunto de iniciativas em andamento no Congresso, e o melhor caminho é a unificação de esforços — frisou.

Segundo o parlamentar, a realização da 20ª Reunião de Cúpula do Mercosul, amanhã, em Assunção, no Paraguai, exigirá dos representantes brasileiros a convicção de que a ampliação dos nossos horizontes comerciais, incluindo maior aproximação com a União Europeia, "só logrará êxito se mostrarmos ao mundo um bloco forte e preparado para a pesada competição internacional".

Com relação ao Mercosul, tendo em vista as negociações da Alca, Hartung ressaltou que sua viabilidade

de dependerá em grande parte da ação brasileira e de reflexão conjunta sobre o futuro da integração sul-americana, sobretudo com a Argentina, pois os dois países, juntos, compõem 97% da economia do mercado comum sul-americano. Ele mencionou, como exemplo de instabilidade do Mercosul, a recente política cambial anunciada pelo governo argentino. "Os efeitos dessa política ainda são uma enorme interrogação", observou.

Em aparte, o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) enfatizou que, se a Argentina continuar com a política cambial iniciada nesta semana, "o Mercosul está no seu fim". O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) manifestou seu receio de que a criação da Alca leve os países sul-americanos à dolarização de suas economias.

Senado aprova indicação de dois novos embaixadores

O atual embaixador do Brasil junto à República de Moçambique, o diplomata Pedro Luiz Carneiro, teve o seu nome aprovado pelo Senado para exercer cumulativamente a função de embaixador do Brasil junto às Repúblicas de Seicheles e Madagascar. O parecer do senador José Agripino (PFL-RN) na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional foi aprovado pelo Plenário por 58 votos favoráveis e 5 contrários.

O Senado também aprovou o relatório do senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), que acolheu a indicação do presidente da República para que o diplomata Elim Saturnino Ferreira Dutra, embaixador do Brasil junto ao Reino da Suécia, seja também embaixa-

dor junto à República da Letônia. A decisão se deu por 58 votos favoráveis e 6 contrários.

CRE

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional reúne-se hoje, às 10h, para apreciar a indicação de André Mattoso Maia Amado para o cargo de embaixador do Brasil no Peru, e de Flávio Moreira Sapha para embaixador brasileiro nos Emirados Árabes e Estado do Catar, cumulativamente.

Presidida pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM), a CRE sabatinará os indicados, ministros de primeira classe da carreira de diplomata, em sessão secreta. Os relatores das indicações são os senadores Valmir Amaral (PMDB-DF) e Gilberto Mestrinho.



Emilia esteve também em ato pelo Dia Mundial do Meio Ambiente

Emilia participa de reunião do Parlatino em Cuba

Ao registrar sua participação em reunião do Parlamento Latino-Americano (Parlatino), nos dias 4 e 5 de junho, em Havana (Cuba), a senadora Emilia Fernandes (PT-RS) informou que entre as conclusões do evento destacou-se a necessidade de estimular os parlamentares a promover o desenvolvimento de políticas para a terceira idade.

Durante o Parlatino, ocorreram reuniões da Comissão de Saúde, da Comissão da Mulher, da Comissão do Trabalho e Previdência e das subcomissões de políticas dirigidas a grupos socialmente vulneráveis e de normas laborais básicas de referência. Emilia integrou a subcomissão de políticas dirigidas a grupos socialmente vulneráveis.

A senadora ainda participou, no dia 5, de ato pelo Dia Mundial do Meio Ambiente, realizado no Palácio de Convenções. Em seguida, esteve em audiência concedida pelo presidente cubano Fidel Castro.

JADER RECEBE MINISTRO ARGENTINO

O presidente do Senado, Jader Barbalho, recebeu ontem o ministro de Estado das Relações Exteriores e Comércio Internacional da Argentina, Adalberto Rodriguez Giavarini. O encontro faz parte do roteiro de visita oficial de Giavarini ao Brasil.



Comissão de Educação examina projeto sobre drogas

Substitutivo apresentado por Ricardo Santos procura atualizar a legislação sobre o assunto e diferencia o simples usuário, que precisa de tratamento para sua dependência toxicológica, do produtor e do traficante

A Comissão de Educação votará na próxima terça-feira o substitutivo do senador Ricardo Santos (PSDB-ES) ao projeto de lei que dispõe sobre prevenção, tratamento, fiscalização, repressão do tráfico ilícito e uso indevido de entorpecentes e drogas afins. Entre as inovações, a proposta prevê redução de pena para o indiciado que revelar informações sobre organização criminosa que interessem à Justiça.

Em seu relatório, discutido na reunião de ontem, Ricardo Santos destaca não ser mais possível aplicar a lei de 1976, privando de liberdade todos os que consomem drogas. "Teríamos que aprisionar milhões de pessoas. Por isso o substitutivo diferencia o simples usuário, que precisa de tratamento para sua dependência toxicológica, do produtor e traficante de drogas, que merece as penas mais severas", afirma.

Segundo Ricardo Santos, o substitutivo inova quando prevê que a infiltração de policiais nas quadrilhas de traficantes não pode colocar em risco sua integridade física e moral. A prática deve ser mantida, porque o policial infiltrado produz provas que levam à reclusão dos en-



A Comissão de Educação discutiu ontem o relatório de Ricardo Santos e deve votá-lo na próxima terça-feira

volvidos, mas cercada das devidas cautelas, explica. Sobre a redução de pena para informantes, o senador argumenta que a delação dos partícipes e co-autores gera bons frutos, como foi demonstrado na Itália, na campanha judiciária que desmontou organizações mafiosas.

Santos lembrou que o projeto original foi elaborado pelo deputado Elias Murad, em 1996, surgindo, em 1997, um segundo projeto, de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). O substitutivo foi apresentado aos dois projetos. Por iniciativa do então presidente da Comissão de Educação, senador Artur da Távola (PSDB-RJ), foram realizadas audiências públicas com a assessoria

da Secretaria Nacional Antidrogas Tânia Monteiro e com o Coordenador do Programa Nacional de Doenças Transmissíveis, Paulo Teixeira, entre outros.

Para Ricardo Santos, seu substitutivo busca harmonizar vertentes díspares que, de um lado, cobram do Estado resposta processual imediata sobre consumo e tráfico de drogas e, de outro, desejam que o Estado se manifeste mais lentamente, mas com maior certeza. "Também pretendi compatibilizar o texto com iniciativas do Executivo, como a Medida Provisória 1.669 e o Decreto 2.632, bem como com os dispositivos do Código de Trânsito Brasileiro", disse.

Aprovadas permissões para emissoras de rádio

A Comissão de Educação aprovou na reunião de ontem atos outorgando permissão para serviços de radiodifusão sonora à Associação Comunitária Saúde Cassis, em Macaúbal (SP); à Associação Rádio Comunitária Ilha FM, de Pariqueraçu (SP); à Associação Comunitária Vale da Eletrônica FM, de Santa Rita do Sapucaí (MG); à Associação Uruoquense de Desenvolvimento e Solidariedade, de Uruoca (CE); à Fundação Educativa e Cultural de Integração do Oeste de Minas, de Formiga (MG); à Fundação Educativa e Cultural São Francisco, de Itaúna (MG); à Fundação Educativa Cultural Comunitária, de Belo Horizonte (MG), e à Associação dos Movimentos Populares de Diamantina (MG).

Também foram aprovados atos renovando permissão à Rádio Colonial FM Ltda., de São João del Rei (MG); à Rádio Itatiaia Ltda., de Pedro Leopoldo (MG), e à Rádio Educacional e Cultural de Uberlândia (MG). Os 11 projetos serão agora apreciados pelo Plenário.

Paulo Souto elogia lançamento da segunda fase do Prodetur

O senador Paulo Souto (PFL-BA) elogiou a iniciativa do governo federal de implantar a segunda fase do Programa de Financiamento ao Turismo no Nordeste (Prodetur II). A primeira etapa acarretou investimentos de US\$ 670 milhões — financiados por recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) com

contrapartida dos estados — e gerou, de acordo com o senador, investimentos de cerca de US\$ 5,4 bilhões pela iniciativa privada. Um detalhe importante da nova fase, avaliou Souto, é a atenção do governo à dificuldade de os estados participarem com 40% como contrapartida. "Os recursos federais financiados pelo BID serão de 60%, os estados participarão com 20% e o governo federal, usando recursos próprios, com 20%", explicou.

O programa tem uma forte preocupação com a sustentabilidade dos projetos turísticos, disse Paulo Sou-



Paulo Souto quer mais vãos diretos para o Nordeste

to. Para tanto, continuou, exige-se dos municípios lei de ordenamento territorial e gestão ambiental, código de edificações, gestão administrativa e fiscal, disposição de resíduos sólidos e participação comunitária.

Mas, para o senador, os esforços do Prodetur poderão se mostrar inócuos se não houver incremento dos vãos diretos, principalmente da Europa e América do Norte, para o Nordeste. Como solução para o problema, Souto sugere a adoção de uma política agressiva de vãos *charters* (fretados pelos operadores turísticos) para a região, a Amazônia e o Pantanal. "Os *charters* têm todas as condições de criar a competitividade que falta para disputar com destinos como o Caribe, Tailândia, Indonésia, Malásia, Vietnã, Cancun e outros", disse o senador, ressaltando os esforços do governo da Bahia para divulgar o turismo no Brasil.

Valadares cobra programa consistente de habitação

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) participou entre os dias 6 e 8 de reunião da Organização das Nações Unidas (ONU) para examinar e avaliar a implementação da Agenda Habitat, aprovada na Conferência sobre Assentamentos Humanos, realizada em Istambul, em junho de 1996. O senador sugeriu, em discurso ontem no Plenário, que o governo brasileiro elabore um programa consistente na área habitacional, garantindo maior número de habitações para os cidadãos e resolvendo um problema gravíssimo na periferia das grandes cidades, o saneamento básico.

Para Valadares, a política habitacional está abandonada há vários anos, em decorrência, principalmente, da crise econômica e da inversão de prioridades do governo federal, que direciona recursos predominantemente para pagamento de dívidas. Ele informou que a Agenda Habitat fixou compromissos, representando um acordo entre as nações de todo o mundo e prevenindo mudanças no atual modelo de civilização. A intenção é promover o desenvolvimento de cidades onde predominem a justiça social, o combate à pobreza, o equilíbrio ambiental e a igualdade de oportunidades. A moradia



Antonio Carlos Valadares participou de reunião da ONU sobre a Agenda Habitat

foi considerada dever fundamental do Estado e direito do cidadão. "A Agenda Habitat deu aos governos a imensa responsabilidade de implementarem em seus países uma política social destinada a romper com o antigo padrão de desenvolvimento urbano", disse.

O senador pediu a inclusão em ata dos documentos resultantes da reunião realizada em Nova York, inclusive o relatório apresentado pelo Brasil demonstrando a situação habitacional no país. Esse relatório foi preparado por um comitê integrado por representantes do governo, da comunidade acadêmica e da sociedade civil e apresenta tendências do desenvolvimento urbano e a evolução das condições de vida das cidades brasileiras no período 1993-1998.

Iniciativa paulista recebe destaque

Entre os programas habitacionais que deram certo e receberam destaque na reunião em Nova York, Antonio Carlos Valadares citou o de Santo André (SP). O programa prevê o estabelecimento de crédito e formação de cooperativas para promover o desenvolvimento econômico; a melhoria dos bairros para garantir o desenvolvimento urbano; criação de programas de capacitação vocacional e de saúde para melhorar o desenvolvimento social. Programas de educação cívica promovem o desenvolvimento cultural.

Valadares lamentou que, apesar de o brasileiro ter garantido constitucionalmente o direito à

moradia adequada, ainda está longe de conquistá-lo globalmente. Ele destacou que há várias propostas tramitando no Congresso sobre o assunto — como projeto de sua autoria que expurga a Taxa Referencial (TR) dos contratos habitacionais — e "que são praticamente engavetadas nas comissões". Para Valadares, o governo desestimula a aprovação de projetos de parlamentares e, reconhecendo a necessidade das iniciativas, lança medidas provisórias com determinações semelhantes. Ele citou como exemplo MP publicada na última semana expurgando quase 90% da TR da correção de contratos habitacionais da população de baixa renda.

Jader pede que Brindeiro rastreie remessa bancária

O presidente do Senado, Jader Barbalho, anunciou ontem ter solicitado ao procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, o rastreamento da remessa bancária correspondente ao pagamento de Títulos da Dívida Agrária a Vicente Pedrosa, para que apareça o beneficiário da transação, reiterando que é o maior interessado no rápido esclarecimento do assunto. Ele considerou "macartismo" criar CPI específica para as denúncias a seu respeito, pois investigar a corrupção seria válido de forma ampla, e afirmou que seu sigilo bancário poderá ser disponibilizado, "se necessário".

— Não tenho constrangimento para isso. Já está disponibilizado para quem quiser, o que considero ridículo, pois o que está em jogo é o rastreamento dessa remessa. Pode ser feito com facilidade pelo Ministério Público e pelo Banco Central, e estou disposto, como presidente do Senado, a encaminhar isso — afirmou.

Jader disse que solicitou a Brindeiro que libere para o corregedor do Senado, Romeu Tuma, o extrato bancário

de Pedrosa, e sugeriu que o Conselho de Ética encaminhe à Mesa o requerimento encabeçado pelos senadores Paulo Hartung (PPS-ES) e Heloísa Helena (PT-AL) sobre o assunto. Eles pedem que o Banco Central apresente extratos das contas de Vera Arantes Campos, que, segundo a revista *IstoÉ*, estaria envolvida na transação com os TDAs.

Jader disse que uma CPI para investigar só denúncias contra ele seria "vigarice com a opinião pública".

— Não tem graça nenhuma. Era só o que faltava nós, do PMDB, aceitarmos isso. Se querem mesmo apurar corrupção, convençam um terço dos parlamentares e se apure de modo geral. O que está havendo aí é "macartismo", mais nada — frisou.

Ele voltou a protestar contra a atuação da imprensa.

— A imprensa não pode publicar essa leviandade, essa calhordice, e ficar repassando à opinião pública mentiras e coisas infundadas. A imprensa deve esclarecimento à opinião pública. Será que não leram o desmentido do casal? Isso é fazer jornalismo de forma desonesta — declarou.

Eduardo Jorge rebate acusações e chama procuradores de mentirosos

Ex-secretário-geral da Presidência da República presta depoimento na Comissão de Fiscalização e Controle e diz que se tornou "réu sem processo, condenado sem sentença"

Em depoimento ontem na Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), o ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira voltou a negar seu envolvimento com irregularidades no Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo e rebateu as acusações de que teria praticado tráfico de influência no governo. Para ele, não há indícios que justifiquem a quebra de seus sigilos bancário e fiscal ou a criação de comissão parlamentar de inquérito para investigá-lo. Eduardo Jorge desafiou os senadores a encontrarem, nas informações prestadas ao Senado, qualquer indício que justifique a continuidade das investigações.

— Está sendo feita uma obsessiva devassa em minha vida em busca de qualquer confirmação de denúncia. Tornei-me réu sem processo, condenado sem sentença — disse Eduardo Jorge, pedindo que o caso seja encerrado e que lhe seja dada uma "absolvição reparadora" dos danos



Eduardo Jorge depõe na CFC, ao lado do senador Ney Suassuna

que vem sofrendo desde que as acusações começaram.

O ex-assessor do Palácio do Planalto disse que, ao propor sua quebra de sigilo à Justiça, os procuradores da República Luiz Francisco Souza e Guilherme Schelb mentiram e forjaram informações. Eduardo Jorge acusou os procuradores de estarem inclusive intimidando testemunhas para obter informações que possam confirmar suas suspeitas. Ele sugeriu que o Senado faça uma CPI para apurar "o arbútrio pra-

ticado pelos procuradores".

— Nenhuma das acusações prosperou, nenhum processo foi aberto, pois esse tipo de coisa não se sustenta em juízo. Não existem indícios de qualquer ordem que me incriminem, não fui sequer convidado para prestar esclarecimentos nos inquéritos abertos — declarou, acrescentando que a "perseguição" empreendida pelos procuradores já causou grandes prejuízos a ele, a sua família, empresas e empresários.

Eduardo Jorge pediu uma refle-

xão sobre o Ministério Público, que, na sua opinião, não tem controles legais. Por isso, disse, com frequência os procuradores extrapolam suas funções em denúncias vazias, gastando recursos públicos para atender " vaidades pessoais".

Em resposta ao presidente da CFC, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), relator do processo, Eduardo Jorge negou, uma a uma, as acusações de participação na liberação de verbas para a obra superfaturada do TRT paulista, de enriquecimento ilícito, de tráfico de influência para a empresa Montreal, de interferência em fundos de pensão de estatais e de participação em operação irregular para salvar a construtora Encol. Desmentiu que possua uma casa em Boca Ratón e que teria dobrado seu patrimônio em um ano. Sobre os telefonemas trocados com o ex-presidente do TRT-SP Nicolau dos Santos Neto, voltou a afirmar que trataram apenas da nomeação de juízes classistas em São Paulo.

Senadores da oposição insistem em quebra de sigilo

Durante o depoimento de Eduardo Jorge Caldas Pereira, os senadores da oposição voltaram a defender a quebra dos sigilos bancário e fiscal do ex-secretário-geral da Presidência da República, para que as investigações possam continuar.

Para a senadora Heloísa Helena (PT-AL), somente uma CPI permitiria que todos os fatos fossem devidamente apurados. Ela disse que as datas dos telefonemas trocados entre Eduardo Jorge e o ex-juiz Nicolau dos Santos Neto coincidem com as liberações de recursos para a obra superfaturada do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo.

— Não dá para compreender por que Vossa Senhoria vem aqui e fala que é contra a quebra do seu sigilo. Se não tivermos acesso a isso ficará para sempre a dúvida sobre todo o trabalho que Vossa Senhoria dedicou na Secretaria Geral da Presidência — afirmou o senador Ademir Andrade (PSB-PA), que pediu que a liderança do governo oriente os senadores a permitirem a quebra do sigilo bancário de Eduardo Jorge.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) apontou indícios do envolvimento de Eduardo Jorge com a obra do TRT paulista, que apareceu



Vários senadores disseram que só a quebra de sigilo esclareceria os fatos

ram durante a CPI do Judiciário, além de diligência da Secretaria da Receita Federal ter apontado fatos "nebulosos" nas declarações de Imposto de Renda do ex-assessor.

— Ficamos como cachorros correndo atrás do próprio rabo, porque Vossa Senhoria diz que é contra a CPI. Essa situação é incômoda não só para Vossa Senhoria, como também para nós e para a base de sustentação do governo — afirmou Dutra.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) lembrou que existe na Justiça um recurso para que seja reconsiderado o pedido dos procuradores de quebrar os sigilos bancário e fiscal de Eduardo Jorge. Ele também acredita que seria fundamental obter a listagem das ligações feitas por Eduardo Jorge dos telefones do apartamento funcional que ocupou

como funcionário do Executivo.

Ao contrário do que havia dito Eduardo Jorge, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que existem ações na Justiça Federal em que o ex-assessor do Planalto figura como réu. Lembrou ainda declarações de Antonio Carlos Magalhães em que o ex-senador sugeriu aos procuradores que, se houvesse a quebra do sigilo bancário de Eduardo Jorge, eles chegariam ao presidente da República.

Já o líder do governo, senador Romero Jucá (PSDB-RR), acredita que o depoimento de Eduardo Jorge foi contundente, demonstrando que as irregularidades cometidas no TRT de São Paulo não têm nada a ver com o governo e, por isso, essa questão deve sair da pauta do Senado.

Comissão analisa auditorias em órgãos públicos

Em reunião marcada para as 18h de hoje, a Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) deverá apreciar pauta composta por 11 itens, todos tratando de auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pelo Banco do Brasil em órgãos da administração pública. De acordo com a Constituição, os resultados dessas auditorias devem ser examinados pelo Senado.

O senador Wellington Roberto (PMDB-PB), relator do ofício que trata das auditorias feitas na Companhia de Desenvolvimento do Estado do Piauí, pede maiores informações ao TCU. Na mesma situação está o ofício sobre a auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Capela (SE), que tem a senadora Heloísa Helena (PT-AL) como relatora. Os demais têm a recomendação dos relatores para que sejam conhecidos pela Casa e arquivados.

O senador Romero Jucá (PSDB-RR), relator da auditoria realizada nas contas do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, enviada pelo Banco do Brasil, propõe que a matéria seja remetida ao Plenário para deliberação.

Mercado de ações perde peso, diz especialista

No ano passado, foram emitidos R\$ 7,5 bilhões em papéis de renda fixa, enquanto negócios em ações não ultrapassaram R\$ 1,4 bilhão, segundo Ary Oswaldo, professor da Fundação Getúlio Vargas

Em audiência pública promovida pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para discutir mudanças na Lei das S.A., realizada ontem, o professor de Direito Tributário e Mercado de Capitais da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e ex-presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) Ary Oswaldo Mattos Filho disse que o mercado de capitais no Brasil não tem liquidez. Segundo ele, das 998 empresas que abriram seu capital no Brasil, 486 são cotadas na Bovespa. Destas, 351 não têm seus papéis negociados. Apenas 42 delas têm mais de 100 negócios diários, enquanto 98 têm entre 10 e 100 negociações por dia.

Para o ex-presidente da CVM, “o mercado de ações perde paulatina e progressivamente peso em face de outros valores mobiliários”. Como exemplo, disse que no ano passado foram emitidos R\$ 7,5 bilhões em papéis de renda fixa, enquanto os negócios em ações não ultrapassaram R\$ 1,4 bilhão. Ressaltou também o crescimento dos fundos imobiliários, que movimentaram R\$ 129 bilhões no ano passado e este ano, em cinco meses, já chegaram a R\$ 113 bilhões.

Os fundos de pensão têm R\$ 35 bilhões em ações, mas não sei quanto em ações com liquidez



A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania realizou audiência pública para debater mudanças na Lei das S.A.



Ary Oswaldo: mercado de capitais no Brasil não tem liquidez

e quanto em ações sem liquidez — observou, lembrando que, em muitas privatizações, apenas os fundos de ações se apresentaram como compradores.

Ao mesmo tempo, lembrou Ary Oswaldo, as grandes empresas puderam buscar dinheiro mais barato no mercado estrangeiro. Segundo ele, essas companhias já levantaram no exterior US\$ 28 bilhões.

— A curto prazo, o mercado brasileiro vai diminuir mais ainda com a exportação dessas empresas.

Para o professor da FGV, um dos maiores problemas para o investidor, no Brasil, é a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Graças a esse imposto, na compra de um lote de ações, a negociação feita na bolsa de Nova Iorque fica quase três vezes maior do que no Brasil.

Ary Oswaldo fez um breve histó-

rico do mercado de capitais no Brasil, criado, segundo ele, pelo poder público. Afirmou que “vários bilhões de dólares” foram transferidos do setor público para a iniciativa privada, por meio principalmente de incentivos fiscais. Primeiramente, na década de 60, com uma menor incidência do Imposto de Renda para quem adquirisse ações e com subsídios do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para empresas que desejassem abrir seu capital.

Na década seguinte, os fundos de pensão foram obrigados a adquirir em ações 25% de seus ativos, criando um modelo que não gerava um parceiro no acionista minoritário porque o controle da empresa podia ser mantido com a posse de um terço das ações. Para o professor, a maior causa da queda do mercado de capitais é o fim do investidor compulsório, já que esses fundos não têm mais obrigação de investir em ações.



Humberto Casagrande preside associação de analistas de mercados

a estrutura já existente. Ele defendeu que, a partir da aprovação das modificações na legislação, somente as empresas que abrissem seu capital passassem a emitir apenas ações ordinárias, sem alterar a estrutura já existente.

Agripino também perguntou ao

Senadores indagam sobre novo mercado de capitais

Na audiência pública da CCJ sobre o projeto que altera a legislação sobre sociedades anônimas, o relator da matéria na comissão, senador José Agripino (PFL-RN), indagou ao presidente da Associação Brasileira dos Analistas de Mercados de Capitais, Humberto Casagrande Neto, como fazer para

que as empresas brasileiras passem a emitir apenas ações ordinárias.

Para o presidente da associação — que congrega 2 mil profissionais em todo o país —, é possível adotar a medida sem modificar

professor Ary Oswaldo Mattos Filho sobre a criação do novo mercado de capitais.

O professor respondeu que a idéia do novo mercado nasceu na Alemanha, em uma estrutura semelhante à atual situação brasileira. Lá, o controle acionário era exercido pelos grandes conglomerados financeiros, que trabalhavam tanto como procuradores de clientes quanto como detentores de grandes quantidades de ação, gerando baixa liquidez e pouco interesse da população.

Já o relator do projeto na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Pedro Piva (PSDB-SP), salientou ser preciso aumentar a liquidez das empresas brasileiras, cujas ações negociadas no Brasil não interessam ao investidor estrangeiro.

A CCJ aprovou requerimento de José Agripino convocando os deputados Emerson Kapaz (PPS-SP) e Antônio Kandir (PSDB-SP), relatores da matéria em comissões da Câmara dos Deputados, para participarem de outra audiência pública em conjunto com a CAE.

Contabilista aponta “vício insanável” em projeto

Para o representante do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Enel Alves de Camargo, o projeto da Câmara dos Deputados que altera a Lei das Sociedades Anônimas traz um “vício insanável”, ao criar e manter sob o controle da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) o Comitê de Padrões Contábeis. Segundo ele, as atividades desse comitê vão se sobrepor às dos conselhos de Contabilidade, já que irão realizar as atividades fiscalizadoras hoje desempenhadas pelos conselhos.

Primeiro orador a falar na reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) destinada a discutir o projeto, Camargo criticou ainda o fato de que o projeto, de autoria do deputado Luiz



Para Enel Alves de Camargo, comitê não pode ficar sob controle da CVM

Carlos Haully (PSDB-PR), permita ainda que o comitê seja integrado por contabilistas leigos. Ele participou da audiência pública em substituição ao presidente do Conselho Federal de Contabilida-

de, José Serafim Abrantes, que não pôde comparecer.

Já o presidente da Associação Brasileira dos Analistas de Mercados de Capitais — que reúne cerca de 2 mil profissionais do setor —, Humberto Casagrande Neto, denunciou que hoje o volume financeiro de negociações com ações de empresas brasileiras é muito maior na bolsa de Nova Iorque (New York Stock Exchange — NYSE) do que na bolsa de São Paulo (Bovespa). Ele informou que sua entidade acredita que o projeto aprovado na Câmara, embora longe ainda do ideal, apresenta já algum avanço frente à legislação vigente. Acrescentou que a bolsa paulista vê, a cada mês, quatro empresas fecharem seus capitais, ao passo que quase não há novas aberturas.

Jefferson propõe que candidato declare processos em que é parte

Os candidatos a cargos eletivos poderão ser obrigados a declarar à Justiça Eleitoral as ações judiciais em que sejam autores ou réus, os inquéritos em que tenham sido indiciados e os processos junto aos tribunais de contas em que constem os seus nomes, como condição para o registro da candidatura.

Proposta nesse sentido foi apresentada na semana passada pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM) e tramita em caráter terminativo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Caso seja aprovada, seguirá para a Câmara. Somente será apreciada pelo Plenário se houver recurso de pelo menos nove senadores.



Projeto de Jefferson tramita em caráter terminativo

A omissão de qualquer das exigências provocará o indeferimento da candidatura. Caso o registro já tenha sido deferido, deverá ser cancelado tão logo se constatare a omissão. Jefferson disse que, além de tornar mais transparente o processo eleitoral, a proposta evitará questionamentos aos ocupantes de cargos eletivos, em decorrência de atos praticados antes do mandato.

— O candidato deverá divulgar toda e qualquer ação de que seja parte. A regra vale para todos os ramos do Direito, diferentemente do atualmente estabelecido. Além disso, a relação das ações deverá conter todas as ações em andamento — explicou o senador.